

EMENDAS PIX

Vale soma R\$ 95 mi

Em cinco anos, recursos chegaram a 36 cidades

Estrela, Lajeado e Cruzeiro do Sul somam a maioria dos recursos destinados por meio da transferência especial entre 2021 e 2025. Modalidade per-

mite repasse de valores sem vinculação de projetos específicos. Especialistas alertam para a prática e os impactos no cenário eleitoral de 2026. PÁGINA | 3

COM OU SEM BALIZA?

MAIS MUDANÇAS NOS CFC's



Enquanto alguns estados eliminam a baliza, o Detran-RS mantém o exame completo. No Vale do Taquari, autoescolas apontam aumento da procura, ajustes na rotina e críticas à forma de implementação da reforma. Mudanças nas regras da CNH entraram em vigor no dia 5 de janeiro.

PÁGINA | 6



OPINIÃO | RODRIGO MARTINI

Não é só pelo turismo no Vale

O retorno do Trem dos Vales, ainda em 2026, impulsiona o desenvolvimento regional.



OPINIÃO | VINI BILHAR

Passarela na Capital do Chimarrão

Grupo investe R\$ 25 milhões na unidade que inaugura até março, em Venâncio Aires.



OPINIÃO | FILIPE FALEIRO

Crise no Banco Master

A aproximação perigosa entre grandes interesses financeiros e o Poder Judiciário.

Reconstrução avança em escolas



CPI EM LAJEADO

Empresa investigada contesta perícia nas obras

A PDS Obras Ltda pede a análise de seus contrapontos aos laudos preliminares da perícia da CPI antes da conclusão do relatório final, prevista para o fim de fevereiro. A solicitação foi reforçada por Marlon Pretto em entrevista à Rádio A Hora.

PÁGINA | 5

FERROVIA DO TRIGO

Comunidade vive expectativa pelo Trem dos Vales



DIEGO ZANCHET

EMPRESÁRIO E PRESIDENTE DO COMTUR DE MUÇUM

Movimenta emprego, comércio, agroindústria, tudo. A tendência é Muçum e o Vale crescerem muito no turismo daqui para frente."

Em cinco anos, região soma quase R\$ 100 milhões em emendas Pix

Estrela, Lajeado e Cruzeiro do Sul são os municípios que mais receberam transferências entre 2021 e 2025. O maior volume foi registrado em 2023, com direcionamento de R\$ 34,2 milhões. Vale do Taquari é a quarta região no RS que mais foi contemplada com recursos

Karine Pinheiro
karine@grupoahora.net.br

VALE DO TAQUARI

Modelo de repasse criado em 2019, as emendas Pix alcançam a grande maioria das cidades do Vale do Taquari. As “transferências especiais”, com recursos federais, são feitas de forma direta por deputados a municípios e estados. No ranking estadual, a região ocupa a quarta posição em volume de recursos.

Entre 2021 e 2025, o Vale de Taquari recebeu cerca de R\$ 95,7 milhões de deputados gaúchos, direcionados a 36 cidades. De acordo com dados por portal da transparência do governo federal, foram encaminhadas 113 emendas, destinadas a 342 beneficiários. O maior volume de transferências ocorreu em 2023, com R\$ 34,26 milhões.

Os municípios com maiores soma de recursos são Estrela, Lajeado, Cruzeiro do Sul, Encantado e Muçum. As emendas financiam ações em áreas como infraestrutura, saúde, assistência social e recuperação de danos causados por eventos climáticos extremos. Todos os municípios da região apresentaram planos de trabalho para aplicação dos valores.

As transferências especiais correspondem a valores previstos no orçamento do governo federal. Diferente dos repasses tradicionais, a emenda Pix ocorre sem vinculação prévia a projetos e programas específicos do governo. No entanto, são de caráter indivi-

Emendas Pix no Vale do Taquari

Quantidade de emendas **113**
Quantidade de beneficiários **342**
Valor total das emendas **R\$ 95,7 milhões**
Municípios favorecidos **36**

dual e impositivo, o que garante o pagamento obrigatório. Desta forma, a administração local fica livre para definir a destinação dos recursos dentro da legalidade, com posterior prestação de contas. Na região, os maiores direcionamentos foram feitos por Lucas Redecker (PSD), Luis Carlos Heinze (PP) e Alceu Moreira (MDB), com valores que ultrapassam os R\$ 7 milhões.

Impacto nas eleições

O entendimento de que as emendas Pix impactam de forma direta em cenários eleitorais causa um alerta na região. O diretor do Instituto Methodus, José Carlos Sauer, explica que o instrumento cria vínculos entre os parlamentares e as bases municipais, com apoio de prefeitos e vereadores nas regiões que recebem estes recursos. Esse mecanismo, segundo ele, gera



DIVULGAÇÃO

Especialistas alertam para o vínculo que o repasse cria com apoiadores na região e as eleições de 2026

vantagem para quem exerce o mandato, pois amplia redes de apoio político. Na avaliação do diretor, a relação entre repasses e apoio político pode gerar um cenário de dificuldade para eleição de representantes regionais. Para ele, candidaturas fora do mandato exigem planejamento de médio e longo prazo, articulação com entidades, lideranças e conhecimento das demandas locais. “É necessário construir apoio econômico com parceiros que estejam interessados na candida-

tura, atender as características e os anseios da comunidade”, frisa Sauer. Ele também alerta para um cenário de múltiplos candidatos. “Ter muitos concorrentes dispersa os votos”, ressalta. Advogado especialista em Direito Eleitoral, Fábio Gisch reforça a conjuntura e aponta desigualdade entre candidatos com mandato e aqueles sem acesso à estrutura pública. Segundo ele, gestores municipais tendem a apoiar parlamentares responsáveis pelos repasses. “Muitas vezes amarram políticos do Vale por meio de emendas, que ficam comprometidos com parte do seu grupo político, devendo retribuir por meio de votos”, diz.

Panorama no estado

No RS, o número de emendas Pix superou mil repasses em 2025. Foram 428 entes favorecidos que receberam mais de R\$ 443 milhões por meio do mecanismo. De 31 deputados da bancada gaúcha, 29 apresentaram o pedido da transferência especial.

Rigor no rastreo

A legalidade das emendas PIX foi questionada no Supremo Tribunal Federal (STF) em razão da falta de transparência e de mecanismos de rastreo. Em outubro de 2025, o ministro Flávio Dino determinou que estados e municípios adotem padrões federais de transparência e rastreabilidade na execução das emendas parlamentares.

Por município

- Estrela – R\$ 8,89 milhões
- Lajeado – R\$ 7,88 milhões
- Cruzeiro do Sul – R\$ 5,15 milhões
- Encantado – R\$ 5,11 milhões
- Muçum – R\$ 4,29 milhões
- Anta Gorda – R\$ 3,89 milhões
- Taquari – R\$ 3,85 milhões
- Arvorezinha – R\$ 3,59 milhões
- Teutônia – R\$ 3,56 milhões
- Roca Sales – R\$ 3,14 milhões
- Bom Retiro do Sul – R\$ 2,96 milhões
- Arroio do Meio – R\$ 2,89 milhões
- Dois Lajeados – R\$ 2,84 milhões
- Vespasiano Correa – R\$ 2,81 milhões
- Nova Bréscia – R\$ 2,79 milhões
- Paverama – R\$ 2,74 milhões
- Progresso – R\$ 2,70 milhões
- Doutor Ricardo – R\$ 2,66 milhões
- Imigrante – R\$ 2,56 milhões
- Putinga – R\$ 2,50 milhões
- Pouso Novo – R\$ 2,34 milhões
- Relvado – R\$ 1,62 milhão
- Tabaí – R\$ 1,59 milhão
- Westfália – R\$ 1,55 milhão
- Santa Clara do Sul – R\$ 1,35 milhão
- Fazenda Vilanova – R\$ 1,35 milhão
- Colinas – R\$ 1,32 milhão
- Marques de Souza – R\$ 1,25 milhão
- Forquetinha – R\$ 1,17 milhão
- Poço das Antas – R\$ 1,11 milhão
- Capitão – R\$ 968 mil
- Coqueiro Baixo – R\$ 936 mil
- Canudos do Vale – R\$ 700 mil
- Ilópolis – R\$ 600 mil
- Sério – R\$ 550 mil
- Travesseiro – R\$ 547 mil

Repasses por ano

- 2021 – R\$ 4,23 milhões
- 2022 – R\$ 3,69 milhões
- 2023 – R\$ 34,26 milhões
- 2024 – R\$ 32,98 milhões
- 2025 – R\$ 20,57 milhões

Tipos de emendas parlamentares



Emenda individual:

Indicação feita por deputado ou senador; Execução obrigatória pelo governo federal; Geralmente vinculada a área específica; Normalmente exige convênio ou instrumento similar; Maior rastreabilidade do destino do recurso.



Emenda de bancada:

Apresentada de forma coletiva pelos parlamentares de cada estado; Foco em projetos estruturantes ou regionais; Execução obrigatória; Destinação previamente definida; Costuma envolver obras de maior porte.



Emenda de comissão:

Elaborada por comissões permanentes do Congresso; Distribuição definida internamente no Legislativo; Execução depende de decisão política do governo; Criticada pela baixa transparência em alguns casos.



Emenda Pix (transferência especial):

Modalidade de emenda individual; Transferência direta para estados e municípios; Dispensa convênio e análise técnica prévia; Aplicação definida pelo ente beneficiado; Exige apenas prestação de contas posterior; Proibida para despesas com pessoal e encargos permanentes.

Opiniãoanálise

“...Óia o Trem...”



Não é só pelo turismo. É pelo desenvolvimento regional. E o ato de oficialização desta inédita e literal parceria para o retorno do Trem dos Vales restará marcado na história do Vale do Taquari e do Rio Grande do Sul. Governo estadual, Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (Abpf) e Amturvaes juntos e imbuídos de uma nobre missão que só foi possível após uma intensa negociação com o governo federal, a Antt e a sempre distante concessionária. Tornarão possível o que parecia impossível logo após a tragédia de maio de 2024.

As primeiras imagens, todos lembram, eram desalentadoras ao valioso produto turístico. O fim precoce de algo tão sonhado parecia irreversível, reforço. Mas vai acontecer. O primeiro trecho a ser recuperado envolve 18,5 km entre a estação ferroviária de Muçum e o imponente V-13, em Vespasiano Correa. É a cereja do bolo. E tudo indica que ouviremos e veremos, ainda em 2026, os vagões cruzando novamente os nossos, rios, vales e montanhas. E dali em diante é só olhar pra frente e seguir na luta pelo crucial retorno, também, dos passeios até Guaporé e Colinas.

LEITE EM ANTA GORDA

Governador e vice participam de mais um ato pela ERS-332

O governo estadual anuncia mais um ato institucional para o tão aguardado início das obras de recuperação da ERS-332, desta vez para o trecho entre Encantado e Anta Gorda. O evento está agendado para ocorrer amanhã, às 15h, próximo ao acesso de Anta Gorda, no km 32 da rodovia estadual. O governador Eduardo Leite (PSD) estará

presente na companhia do vice e pré-candidato a governador, Gabriel Souza (MDB), e também do Secretário Estadual de Logística e Transporte do RS, Juvir Costella (MDB). E a expectativa regional, além do imediato início dos serviços, é pelo detalhamento mais aprofundado do aguardado projeto de reformulação da rodovia.



rodrigomartini@grupoahora.net.br
RODRIGO MARTINI

Orsolin agora é vice e secretário

Ex-prefeito da cidade e atual vice-prefeito de Encantado, o experiente Agostinho Orsolin (MDB) foi designado pelo gestor Jonas Calvi (PSD) para assumir, também, a secretaria de Agricultura e Serviços Urbanos. O popular “Baixinho” já atuava de forma interina à frente da pasta desde o início do ano. Neste intervalo, o prefeito convidou o vereador Leonardo Lorenzi (MDB) para assumir a secretaria. Mas o parlamentar optou por permanecer na câmara e indicou Orsolin ao posto.

Scorsatto está mais distante do Palácio Piratini

Ex-prefeito de Arvorezinha e atual Diretor-Presidente da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (Fgtas), José Scorsatto (PDT) já esteve muito mais otimista com a possibilidade de assumir um cargo no alto escalão do governo de Eduardo Leite (PSD). Ele estava cotado para assumir a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (Sedur) antes mesmo da recente queda do ex-secretário Marcelo Caumo (União Brasil). A expectativa inicial era confirmar a nomeação em janeiro. Entretanto, a expectativa foi transferida para a primeira quinzena de fevereiro. E agora as especulações murcharam e Scorsatto confirma estar “bem menos” otimista.



TIRO CURTO

- Representante do Grupo de Trabalho do Vale do Taquari que debate intensamente o tema dos pedágios faz mais de cinco anos, o empresário Leandro Eckert também é diretor na CIC/VT e tem sido chamado de “pai do free flow”. Não por menos, ele esteve presente na oitava dos representantes do TCE, ontem, durante a CPI dos Pedágios na Assembleia Legislativa.
- Ainda sobre a CPI dos Pedágios, a participação de representantes do Vale do Taquari pode ser positiva ou negativa. No caso do empresário Leandro Eckert, penso eu, é uma intervenção saudável e com olhos ao justo e democrático desenvolvimento regional. Mas há outros que podem atrapalhar.
- Em Colinas, os vereadores de oposição conseguiram rejeitar os reajustes salariais da classe política. A votação ocorreu ontem pela manhã, durante sessão extraordinária. Com isso, prefeito, vice, secretários e os próprios vereadores não receberão o “aumento” de 4,26% em 2026.
- A nova direção da Secretaria de Meio Ambiente de Lajeado deve iniciar a partir do dia 9 de fevereiro. E a expectativa é pelo anúncio do novo secretário já nesta quinta-feira. E, como já divulgamos anteriormente, as indicações do PL são Luís Mörschbacher e Valmir Zanatta.



OLHAR DO LUCAS @lucaswarken



Nosso peregrino não para de palmilhar pelos vales e montanhas da região. E hoje ele nos brinda com a singela imagem de um pórtico natural na Linha Herval, interior de Imigrante.

FRENTE
VERSO

Comentário: **Rodrigo Martini**
Apresentação: **Fernando Weiss**
Participação especial: **Diogo Fedrizzi**

Segunda a Sexta

das 8h10 às 10h

CEAT

TOMASI

REFISA

ARTEM

BOQUEIRÃO

aquece

Passarela

Mauro

Nobre

arabesco

bazze

EXPRESSO DA MANHÃ

PREVISÃO DO TEMPO

ENTRE ASPAS

NOTÍCIAS DA HORA 9H

102.9 NAS RUAS

YALL

cascalheira

KAPPEL

Sicredi

ECOVALE

Unimed

Belga

INSTITUTO NUTELS

ABERTURA MUSICAL

MERCADO FINANCEIRO

STIHL

TOGUSE

VIA

ZAGONEU

CPI EM LAJEADO

PDS contesta perícia nas obras denunciadas

Empresa alega acusações falsas, interesses pessoais do denunciante e pede oportunidade de apresentar contrapontos sobre obras executadas

Henrique Pedersini
henrique@grupoahora.net.br

LAJEADO

No centro da investigação feita pela câmara de Lajeado, a PDS Obras Ltda requer uma avaliação de seus contrapontos aos laudos preliminares apresentados pela perícia contratada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), antes da conclusão do relatório final previsto para o final de fevereiro. A reivindicação foi reforçada em entrevista do administrador da empresa, Marlon Pretto, em entrevista ao programa Conexão Regional da Rádio A Hora.

Um pendrive com imagens de serviços desenvolvidos foram entregues para CPI após divulgação das primeiras perícias. Agora, a expectativa é ter acesso aos demais laudos para elaborar as divergências à avaliação preliminar da perícia.

A PDS ainda aguarda o recebimento de valores do município, referente a trabalhos considerados concluídos. A investigação provocou a paralisação das atividades pela empresa em contratos públicos e, segundo Pretto, a necessidade de buscar crédito em agências bancárias para manter ativa a empresa.



PDS quer acesso aos laudos preliminares para apresentar contrapontos



MARLON PRETTO
ADMINISTRADOR DA PDS

Depoimento de Giba

Enquanto os três vereadores que compõem a CPI debatem a inclusão das acusações feitas no depoimento de Gilberto de Vargas, o “Giba”, o gestor da PDS questiona as intenções e a credibilidade do autor das denúncias. De acordo com Pretto,

um dos fatores que motivaram o dossiê é a derrota da empresa ligada a Giba no processo licitatório.

O favorecimento feito dentro do gabinete do ex-prefeito, Marcelo Caumo, para que a PDS vencesse o certame, foi rechaçado. “Eu poderia falar muitas coisas da empresa dele. Qual credibilidade o denunciante tem? É preciso ter provas. Acho que se é para fazer um relatório final transparente, é preciso incluir provas”, rebate.

Outra crítica está no trâmite da secretaria de Obras, onde muitos serviços eram solicitados sem a descrição minuciosa e alguns trabalhos eram feitos antes mesmo do empenho ser encaminhado. “Muita coisa foi colocada de forma equivocada, sem o teor correto da informação. Chamavam a gente, diziam o que era para fazer e depois diziam

que se daria um jeito de pagar. Era colocado um pouco mais de metragem para justificar serviços que não tinha ordem emitida pelo município”.

Pretto ainda negou o pagamento de valores para servidores públicos em troca de favorecimentos e que a empresa nunca efetuou obras na propriedade do ex-secretário, Fabiano Bergmann (Medonho), conforme apontado durante as oitivas da CPI. Nos próximos dias a perita entregará os últimos 20 laudos sobre as obras denunciadas. A etapa seguinte é a elaboração do relatório final.

Saídas na secretaria

Após o fim da sindicância feita por servidores municipais, a prefeita Gláucia Schumacher homologou o relatório e anunciou

RELEMBRE

Perícia da câmara aponta superfaturamento em dez obras



A maior polêmica do ano passado também marcou o início das atividades oficiais da câmara de Lajeado em 2026. Ocorreram na quarta-feira, 21, novas oitivas relacionadas à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que apura supostas irregularidades em contratos com a empresa PDS Obras Ltda. O objetivo foi acrescentar subsídios para produção do relatório final previsto, por enquanto, para fevereiro.

Houve grande expectativa para o depoimento de Gilberto de Vargas, o “Giba”, ex-prestador de serviço na área de limpeza pública com contrato junto ao município e responsável pelo dossiê.

Energia sustentável para hoje e amanhã.

A CERTAJA Energia investe para garantir o seu futuro, com qualidade de vida e segurança para você e sua comunidade.

Disque Energia ou WhatsApp
0800 541 6185 | certajaenergia.com.br

CERTAJA
ENERGIA

